



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

> Conselho de Deontologia do Porto

> PARECER CDEONTP N.º ENT - 6978/2001, DE 10 DE SETEMBRO DE 2004

Em 19.12.2001, deu entrada no Conselho Distrital do Porto um ofício vindo da nossa Delegação de (...), a capear uma *“queixa-crime”* subscrita pelo Sr. (...), residente em (...), contra o Sr. **Dr. (...)**, Advogado com escritório em (...).

Queixa-se o participante, em síntese, de que:

- *“queria registrar nas finanças”* uma parcela de terreno herdada dos pais, mas verificou que ela já havia sido registada por vizinhos, juntamente com a deles;
- como não conseguiu resolver o problema amigavelmente, contactou o Sr. Advogado participado, a quem passou procuração para tratar do assunto em Tribunal;
- mais tarde, esse Sr. Advogado comunicou-lhe *“que os réus já tinham feito a desistência da parcela”* e que o Tribunal tinha lavrado sentença com custas a cargo deles, pelo que lhe devolveu as escrituras, para o participante tratar do pretendido registo na Conservatória, tendo cobrado Esc. 50.000\$00 pelo seu trabalho;
- entregou a documentação necessária na Conservatória, mas foi mais tarde lá chamado, tendo-lhe sido dada a informação de que a dita parcela não podia ser registada, por não terem sido mencionadas as respectivas confrontações e a sua área;
- voltou ao escritório do Sr. Advogado participado, que ficou de



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

resolver o problema sem custos acrescidos *“visto que o erro tinha sido dele próprio”* e que, passados meses, o chamou lá para lhe devolver a documentação, dizendo-lhe que nesse momento já estava tudo em ordem;

- depois disso, o participante logrou efectivamente concretizar o registo;
- sucedeu que, posteriormente, recebeu informação do Tribunal de *“que tinham sido lavrados dois processos”*, que *“um já estava pago pelos réus”* e que no outro, que o participante diz desconhecer, *“tinha de pagar de custos 24 mil escudos”*;
- *“chocado”*, foi novamente ao escritório do Sr. Advogado participado perguntar que crime tinha cometido para pagar tal quantia, tendo-lhe então recordado que este lhe garantira que não teria mais despesas, ao que este respondeu de forma agressiva, dizendo-lhe *“vá-se embora”* e quase o empurrando da porta para fora;
- dirigiu-se, mais tarde, à Secretaria do Tribunal, onde por coincidência também estava o Sr. Advogado participado, a quem se dirigiu mais uma vez e perguntou se resolvia ou não o assunto, tendo-lhe o mesmo respondido, *“de cara virada em sinal de desprezo”*, dizendo-lhe que não queria mais nada com ele;
- pediu que o chefe da Secretaria presenciasse a ocorrência e, em sinal de desagrado, disse o participante: *“vejam o malcriado que este homem é, meteu-me neste precipício e agora cortou relações comigo”*.



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

Termina, dizendo que acabou por pagar as referidas custas e que aguarda que semelhante *“falta de respeito e irresponsabilidade não fique de alguma forma impune”*.

* * *

A participação em apreço vem acompanhada de:

- cópia de uma guia comprovativa do pagamento de custas no montante de Esc. 24.240\$00 ou € 120,91, referentes ao incidente de habilitação de herdeiros deduzido pelo participante e mulher no Proc.º n.º (...), do Tribunal de (...);
- cópia da caderneta predial rústica, referente à dita parcela de terreno; e,
- cópia do requerimento subscrito pelo Sr. Advogado participado, a pedir a rectificação da sentença, por forma a que nela ficasse a constar a área da dita parcela.

* * *

Na sequência da notificação que para tanto lhe foi dirigida, veio o Sr. Advo-gado participado pronunciar-se sobre a matéria em questão, dizendo que:

- como claramente resulta da participação, o seu autor pretendeu pagar os serviços do respondente em dois processos com a importância de Esc. 50.000\$00, querendo ainda impôr-lhe o pagamento de Esc. 24.000\$00 de custas;
- foi precisamente por isso que se recusou a falar mais com ele e o convidou a sair do escritório, dizendo-lhe que nunca mais o



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

procurasse, mas sem nunca ter sido desrespeitoso ou “malcriado” para com ele;

- pelos mesmos motivos, adoptou atitude idêntica quando, no Tribunal, o participante ousou dirigir-se-lhe para, mais uma vez, tentar obrigá-lo a pagar as custas;
- como se isso não bastasse, não se coibiu de fazer a presente participação, por entender que só teria de pagar custas caso tivesse cometido um crime;
- nunca se comprometeu a pagar quaisquer custas pelo participante e nem sequer chegou a apresentar nota de honorários, sendo certo que a provisão de Esc. 50.000\$00 por aquele entregue foi praticamente consumida pelas despesas com os dois processos e pelas custas do primeiro que, essas sim, foi o respondente que pagou, por se ter comprometido a fazê-lo com o Colega que patrocinava a contraparte.

Conclui, dizendo que não cometeu qualquer infracção.

* * *

Relatado que está o circunstancialismo fáctico em causa, **cumpre emitir parecer.**

* * *

O relato atrás efectuado fala por si, sendo manifesto que o Sr. Advogado participado não cometeu qualquer infracção disciplinar.

Pretendia o queixoso que o Sr. Advogado participado se responsabilizasse pelo pagamento de Esc. 24.000\$00 ou € 120,91 de custas,



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

por se dever a lapso dele a impossibilidade de efectivação do registo na Conservatória, com a consequente necessidade de rectificação, *a posteriori*, da omissão da área e das confrontações da parcela de terreno em questão.

Só que, como vimos, aquelas custas nada têm a ver com isso e antes respeitam a um incidente de habilitação de herdeiros deduzido no processo em causa...

Acresce que, nos termos do art. 67º do E.O.A., *“o Advogado não pode ser responsabilizado pela falta de pagamento de custas ou quaisquer despesas se, tendo pedido ao cliente as importâncias para tal necessárias, as não tiver recebido, e não é obrigado a dispôr, para aquele efeito, das provisões que tenha recebido para honorários”*.

Nesta conformidade, e sem necessidade de mais desenvolvimentos, sou de parecer que deve determinar-se o imediato arquivamento da participação em análise, por inexistência de infracção disciplinar.

À próxima sessão do Conselho, para deliberação.

Porto, 12 de Agosto de 2004

O Relator

João Resende Neiva

...



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

Acórdão

“Deliberam os do Conselho de Deontologia do Porto aprovar o parecer do Exmo. Senhor Relator e, em consequência, determinam o arquivamento da participação.

Porto, 10 de Setembro de 2004”